



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

060

441
m

APELAÇÃO CÍVEL Nº56327-5

APELANTE: ÂNGELO ELTON CORAL

APELADA: IRENE MARIA DE MOURA ALVES, REP. SEUS FILHOS, IJHA, JHA, MMMA E JONAS HENRIQUE ALVES

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - OCORRÊNCIA DE MORTE DA VÍTIMA - RESPONSABILIDADE CIVIL POR ASSUNÇÃO LEGAL DA OBRIGAÇÃO JURÍDICA - PRELIMINAR DE CHAMAMENTO LITISCONSORCIAL - REJEITADA - MÉRITO: RECURSO COM PROVIMENTO NEGADO, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

João Alfredo
5525

-Preliminar de chamamento litisconsorcial - inaplicabilidade da Súmula 489 do STF - Rejeitada, à unanimidade de votos.

-Mérito - embora o condutor do veículo tenha sido absolvido em foro criminal, restaram comprovadas a autoria e materialidade do crime. A sentença prolatada na ação penal não fez coisa julgada para o cível, permanecendo a responsabilidade civil pelo ilícito. Súmula 341 do STF, com entendimento consonante do Colendo STJ. .

-Apelo com provimento negado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível Nº56327-5 em que é apelante Ângelo Elton Coral e apelada Irene Maria de Moura Alves, rep. seus filhos, IJHA, JHA, MMMA e Jonas Henrique Alves;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a

rcfms

[Assinatura]

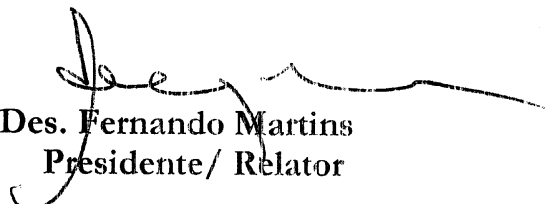


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

h42
m
061

preliminar de chamamento litisconsorcial. No mérito, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, tudo em conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Fernando Martins
Presidente/ Relator



062

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
1ª CÂMARA CÍVEL (EMERGENCIAL)**

**APELAÇÃO CÍVEL PROCESSO Nº 0056327-5
APELANTE: ANGELO ELTON CABRAL
APELADO: IRENE MARIA DE MOURA ALVES e outros
RELATOR JUIZ FERNANDO MARTINS**

RELATÓRIO

Tenho como adotado, inicialmente o relatório da sentença de fls. 343/345 (LER)

Acresço que o douto juiz "a quo" julgou procedente a ação de indenização que fora proposta pelas apeladas contra o apelante condenando o mesmo a ressarcir-las à título de indenização com uma pensão equivalente a um salário regional da categoria de motorista, desde a morte da vítima, incidindo juros de mora e correção monetária, devendo a pensão vigorar até a data em que o falecido completaria 65 anos e a ser apurado em liquidação de sentença.

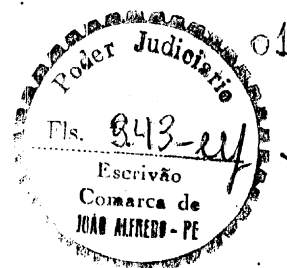
Irresignado com aquela sentença proferida, veio o réu vencido a oferecer apelação à esta Superior Instância alicerçando sua tese na absolvição criminal do seu motorista e mais, que o litisconsorte não deveria ter sido excluído da lide.

Nas suas contra-razões as apeladas insistem na manutenção do "decisum" afrontado.

É o relatório.

À douta revisão.

24-08-01



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Juízo de Direito da Comarca de João Alfredo
Proc. n. 2985/93-Indenização

063

SENTENÇA

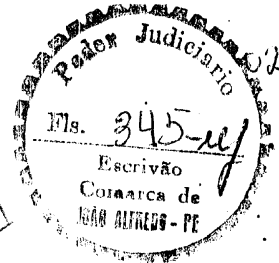
Vistos etc.

IRENE MARIA DE MOURA ALVES, por si, e representando seus filhos menores impúberes IVAN JÚNIOR HENRIQUE ALVES, JAIR HENRIQUE ALVES e MICHELLE MARIA DE MOURA ALVES e assistindo seu outro filho JONAS HENRIQUE ALVES, todos qualificados nos autos, veio a este Juízo interpor a presente ação de idealização contra ANGELO ELTON CORAL e ANTONIO BORGES, também qualificados naordial.

Alega, em síntese apertada, que, no dia 14.02.91, o auto carga Scania placa OA-4257-SC, que puxava a carreta de placa OA-4246-SC, de propriedade dos suplicantes, causou acidente que ceifou a vida de BENEDITO HENRIQUE ALVES, esposo e pai dos suplicantes. Diz que o falecido exercia a profissão de motorista e que seu desaparecimento deixou a família desamparada. Continua dizendo que houve culpa do condutor do caminhão e que há responsabilidade dos proprietários do veículo para indenizar os familiares da vítima, ora suplicantes, no correspondente a 23 anos de sobrevivência que teria o falecido na data do fato, ou seja, 276 meses de salário da categoria a que pertencia o extinto, o que totaliza CR\$ 8.280.000,00 (oito milhões, duzentos e oitenta mil cruzeiros reais). Junta os documentos de fls. 05/41.

Foram expedidas cartas precatórias para citação dos demandados (fls. 43 e 44). O Juízo da Comarca de Araranguá/SC informa que o citando Antonio Borges não reside naquela

2



jurisdição, tendo a CP sido encaminhada à Comarca de Torres/RS(fls. 48).

Em face dessa informação, requerem os autores citação por edital(fls. 50/51). Após marea e contramarea no sentido de citar-se o segundo demandado, Antonio Borges, vieram os autores requerer a sua exclusão do processo, tendo em vista que o primeiro demandado, Angelo Elton Coral, havia adquirido a carreta pertencente àquele, pedindo a continuidade do feito apenas com relação a este(fls. 144). O pedido foi deferido às fls. 151.

Finalmente, após mais de um ano de interposta a ação, foi o demandado Angelo Coral citado e intimado para audiência de instrução(fls. 217v). Às fls. 221, o demandado, por advogado constituído, junta rol de testemunhas, todas residentes na Comarca de Araranguá/SC.

Audiência de instrução atenuada às fls. 223/229. Instadas as partes, não foi possível a conciliação dos contendores. Nesta oportunidade, o réu juntou contestação em 06 laudas(fls. 231/236), onde suscita preliminar de nulidade do processo pela não citação de litisconsorte passivo. Deixo para decidir sobre a preliminar suscitada ao final.

Às fls. 265 vem o réu informar que o seu preposto, motorista do caminhão, havia sido absolvido criminalmente, requerendo a improcedência da ação.

As testemunhas arroladas pela defesa foram ouvidas por precatória, conforme termos às fls. 298/300 e 311v.

Alegações finais por memoriais pelos autores às fls. 332/333, onde pugnam pela procedência do pedido de indenização, alegando que o fato da absolvição do motorista no processo crim. não tira a responsabilidade civil do proprietário do caminhão.

O réu apresenta suas razões finais às fls. 334/342, ratificando a contestação apresentada, sustentando ainda que a absolvição do motorista no Juízo Criminal torna inexistente a obrigação de indenizar. Diz, ainda, que o caminhão estava em perfeitas condições de uso e pede a improcedência da ação.

Com vista, o Ministério Público requer comprovação de menoridade de alguns dos requerentes. Cota cumprida às fls. 339 e

2

340. Com nova vista, o "Parquet" oferece parecer às fls. 341, opinando pelo indeferimento do pedido.

É o relatório. Decido.

DA PRELIMINAR

Cabe-me, de início, deslindar a preliminar levantada pela defesa do réu, de que o processo estaria nulo por falta de citação de litisconsorte passivo. Alega que o Sr. Antonio Borges era proprietário de um dos veículos envolvidos no acidente, logo seria também responsável pela indenização no caso de procedência do pedido, sendo inadmissível sua exclusão da relação processual.

Não procede a alegação do nobre advogado do réu, porque o simples fato de seu nome (Antonio Borges) figurar no Certificado de Registro de Veículos do Detran/MT como proprietário do veículo, não induz a que seja responsável pela indenização solidariamente, mormente porque, no mesmo documento, existe a transferência de domínio da coisa móvel, justamente para o único réu desta ação, como se pode observar às fls. 20v. Note-se que a transferência de fato se deu em data anterior ao acidente, ou seja, a 27.12.1990. A transferência do domínio da coisa móvel se dá pela tradição, sendo certo que as providências de registro do veículo junto a repartição de trânsito é simples procedimento administrativo que nada influi no negócio jurídico realizado.

Arnaldo Rizzardo, in A Reparação nos Acidentes de Trânsito, 8a. edição, RT, pág. 78/79, leciona:

"...A tendência da jurisprudência se manifesta no sentido de admitir o instrumento particular não registrado como meio de isenção de responsabilidade em favor daquele em cujo nome consta a propriedade no departamento de trânsito, desde que faça prova cabal e completa da alienação. Se o recibo é válido para gerar o certificado, é válido por si mesmo, ou subsiste pelo seu próprio conteúdo, e não em razão de outro documento que ele origina(grifei). De suma importância é a data inserida em seu

2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

425
066

APELAÇÃO CÍVEL PROCESSO Nº 0056327-5

APELANTE : ANGELO ELTON CABRAL

APELADAS: IRENE MARIA DE MOURA ALVES representando e assistindo,
respectivamente seus filhos menores IVAN, JAIR , MICHELLE e JONAS ALVES

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO:

O vertente recurso de apelação, pertine à irresignação de um dos réus vencidos em face de sentença monocrática , a qual, em sede de ação indenizatória por acidente de trânsito que lhes promoveram as apeladas, condenou-lhe no pagamento de pensão pelo falecimento do “ chefe de família” que também era motorista.

Malgrado não tenha o apelante inserido como questão prefacial , propriamente dita , a situação do não chamamento do litisconsorte à lide, preliminar decidida no ato sentencial e que procura ressuscitar com o recurso, vejo que este, no âmago da discussão meritória assim o fez e, destarte, pelo princípio da instrumentalidade do processo e fungibilidade mesmo dos recursos, passo a apreciá-la.

Não haverá de prosperar dita questão prolegómena.

Com efeito, é certo a inaplicabilidade, *in casu*, da Súmula 489 do STF que assim se apresenta:

SÚMULA Nº 489

“A compra e venda de automóvel não prevalece contra terceiros, de boa-fé, se o contrato não foi transcrito no registro de títulos e documentos.”

Isto porque não se aplica dita Súmula ao caso de acidente de veículo vendido antes do evento, embora não registrada a operação no DETRAN.

Leio o trecho (fls. 347) da sentença increpada neste aspecto, a qual assim se expressa :LER –

Não vejo como possa prosperar dita preliminar, meu voto, pois, é rejeitando- a.

Meu voto, pois, é rejeitando- a.

Recife, 7 de 11 de 2009


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR

afam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

426
067

APELAÇÃO CÍVEL PROCESSO Nº 0056327-5

APELANTE : ANGELO ELTON CABRAL

APELADAS: IRENE MARIA DE MOURA ALVES representando e assistindo, respectivamente seus filhos menores **IVAN, JAIR, MICHELLE e JONAS ALVES**

DES. RELATOR JUIZ FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

No mérito, há de se afirmar que noticia o presente processo que o auto carga Scania, atrelado a uma carreta de propriedade dos réus, em razão de falta de freios, veio a ocasionar uma serie de atropelamentos, inclusive a que levou à morte do consorte da primeira parte autora, ora apelada.

O aludido auto-carga e a carreta à qual estava acoplada, estava carregada com madeira e matou a esposo da autora por esmagamento.

O douto Juízo *a quo*, em minuciosa sentença, dissecando o aspecto fático e jurídico da *vexata quaestio* concluiu por irrogar responsabilidade civil aos réus, o qual, vindo um deles a apelar (ANGELO ELTON CABRAL).

Analizou o douto magistrado sentenciante, de forma percuciente, a prova produzida no ventre dos autos na fase cognitiva , cingindo-se num aspecto altamente relevante, qual seja, de que não teria havido motivo de força maior e sim, no mínimo negligência do apelante a não submeter com rigor seu auto carga à revisões posto que, a falta de freios, como foi detectada, fora a *conditio sine qua nom* que levara ao evento dano.

Pouco importa, em matéria cível, que tivesse o motorista do apelante sido absolvido em foro criminal, posto que, *in casu*, a responsabilidade subjetiva fora bem delimitada pelo julgador singular.

Com efeito, a norma erigida na legislação substantiva civil , mais precisamente em seu artigo 156, define a obrigação de reparar o dano àquele que age por omissão voluntária e de forma negligente ou imprudente cause prejuízos à outrem.

Acresça-se ainda que a Súmula 341 do Excelso Pretório que assim se pronuncia:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

427
✓
ofc

“SÚMULA 341. É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposos do empregado ou preposto.”

Por outro lado, o artigo 1525 do Código Civil bem delimita a responsabilidade civil e criminal, não podendo, pois, o argumento em que procura se escorar o apelante, elidir sua responsabilidade de indenizar.

É ainda curial lembrar que a jurisprudência do Colendo STJ é iterativa, em consonância com o citado dispositivo do Código Civil, no sentido de demonstrar que independe da responsabilidade criminal a responsabilidade civil, mormente, se, como no caso dos autos, o acidente deveu-se à falta de freios e, como proprietário do aludido bem, deveria ter o recorrente toda a segurança e zelo para que o veículo não viesse a prejudicar outrem por questões técnicas.

Veja, a tal proposito o aresto infra:

“Agravos regimental. Recurso especial. Despacho de admissibilidade. Mérito. Absolução no crime. Acidente de veículo. Citação. Nulidade. Ausência de prejuízos.

1. Estando o recurso especial assentado na alínea "a" do permissivo constitucional, o exame do mérito da causa para a verificação de eventual contrariedade à lei é possível e, muitas vezes, inevitável no despacho de admissibilidade.

2. A ausência de prejuízo efetivo no cumprimento do mandado de citação e no julgamento das preliminares somente na sentença impede a anulação do processo.

3. A absolvição, no crime, do preposto da ré por ausência de culpa não interfere na ação de indenização baseada na culpa da empregadora, que não teria adequado o veículo ao transporte seguro dos funcionários.

4. Dissídio jurisprudencial não comprovado.

5. Agravo regimental improvido.

Decisão Por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.”

(Acórdão AGA 172888/GO; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO; (1998/0001629-5); Fonte DJ DATA:16/11/1998 PG:00091; Relator: Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO; Decisão 17/09/1998; Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA”

Não vejo, pois, como possam prosperar as razões de recurso do apelante para querer elidir a sentença açoitada, motivo pelo qual nego-lhe provimento.

É como voto.

Recife 24 de 11 de 2006.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

429
069

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0056327-5 -- JOÃO ALFREDO -PE

APELANTE: ANGELO ELTON CORAL

ADVOGADO: Paulo César de Carvalho Rodrigues SC 003588

**APELADO: IRENE MARIA DE MOURA ALVES rep. Seus filhos
IJHA, JHA, MMMA, e Jonas Henrique Alves.**

ADVOGADO: Carlos Alberto B. de Miranda PE 007996

RELATOR: DES. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS

REVISOR: JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA.

VOTO DO DES. REVISOR.

Ouvi atentamente o voto do Eminente Relator e, no cotejo com a matéria de prova e os argumentos trazidos na Apelação, concordo plenamente com a posição adotada por sua Excelência, votando no mesmo sentido.

É COMO VOTO.

Recife, 24 de novembro de 2009.

JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA
DES. REVISOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

443

03

010

SEXTA CÂMARA CÍVEL – 24.11.2009

APELAÇÃO CÍVEL Nº 56327-5 - JOÃO ALFREDO

APELANTE: ÂNGELO ELTON CORAL

APELADO: IRENE MARIA DE MOURA ALVES - REPRESENTANDO SEUS
FILHOS IJHA, JHA, MMMA E JONAS HENRIQUE ALVES

RELATOR: DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DE FLS. 425/427 DOS AUTOS.

VOTO DO REVISOR CONSTANTE DE FL. 428 DOS AUTOS.

PRELIMINAR LITISCONSORCIAL

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

“À UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CHAMAMENTO
LITISCONSORCIAL”.

MÉRITO

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

“NO MÉRITO: À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO
NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.
